

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 – NÚMERO 19:

Aos 18 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, Sónia Isabel F. Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 18 horas e 04 minutos.

Assinalou-se a ausência do Vereador Mário Manuel Pereira Peixinho.

O Presidente começou por saudar o regresso da Vereadora Sónia Sanfona, deixando ainda uma palavra de apreço pelo agora ausente Vereador Luís Garrotes que sempre soube pautar a sua conduta por uma atitude de correcção e de colaboração neste trabalho de gestão de uma Autarquia.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Em representação da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro, marcaram presença na reunião os munícipes Vasco Aguiar e Vitor Lopes. Os munícipes vieram apresentar o resultado material da 1ª Maratona Fotográfica de Alpiarça (Um conjunto de albuns com fotografias), iniciativa levada a cabo pela colectividade e com o apoio da Autarquia. O regulamento da maratona previa que o espólio fotográfico que resultasse da iniciativa ficaria à disposição da autarquia para qualquer uso não comercial do mesmo, pelo que os munícipes vieram à reunião de Câmara fazer a doação.

A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu que a Autarquia chamasse a si a responsabilidade de digitalizar o espólio a fim de tornar a posterior utilização das fotografias mais cómoda.

O munícipe Vítor Lopes informou que a intenção era trazer um DVD com todo o espólio em suporte digital, mas o processo de identificação do autor de cada fotografia não ficou terminado a tempo. Disponibilizou-se a fazer chegar posteriormente o DVD, pedindo no entanto o máximo de cuidado por parte da Câmara em mencionar sempre o autor da foto que estiver a ser utilizada.

O Presidente reconheceu o êxito desta iniciativa e a dinâmica que emprestou à Vila e à programação da Alpiagra, e enalteceu a mais-valia que a iniciativa representa em termos de divulgação e reconhecimento do Concelho e a possibilidade a Autarquia ficar depositária de um espólio artístico importante.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo da tesouraria do dia 17 de Outubro de 2011.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 16 da Reunião de Câmara de 30 de Agosto de 2011. Com as propostas de alteração da Vereadora Regina Ferreira, a acta foi aprovada por maioria com duas abstenções da Vereadora Sónia Sanfona e do Vereador Carlos Pereira que não estiveram presentes na reunião.

Passou-se em seguida à apreciação e votação da acta nº 17, correspondendo à Reunião de 12 de Setembro de 2011. Com a alteração proposta pelo Presidente a acta foi aprovada por maioria com duas abstenções das vereadoras Regina Ferreira e Sónia Sanfona, que não estiveram presentes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de colocar as suas questões, a Vereadora Regina Ferreira aproveitou para também se congratular pela participação do Vereador Luís Garrotes neste Executivo e

para agradecer as palavras do Presidente. Aproveitou ainda para se congratular com o regresso da Vereadora Sónia Sanfona, no que espera vir a ser uma colaboração frutífera.

A Vereadora começou por dar voz a uma preocupação que lhe fizeram chegar relativamente à cobertura recentemente remodelada da Estação de Serviço do Km7, cujo escoamento das águas pluviais vão cair no espaço do vizinho. O proprietário já se queixou à Câmara e a informação que foi enviada pelo Presidente descarta a responsabilidade da Autarquia dado que se trata de um assunto do âmbito privado. A Vereadora estranha que a Câmara não manifeste preocupação com este problema, uma vez que a Câmara pode tentar perceber se esta situação está ou não legal. Para além disso, mais adiante no documento, refere-se que a Câmara não foi notificada do pedido licenciamento; a Vereadora questiona-se como é que a obra se fez sem haver pedido de licenciamento e, tendo a Câmara um fiscal de obras, como é que a obra decorreu sem que ele lá se deslocasse.

Relativamente à remodelação do telheiro da E. B. 2, 3/S, a Vereadora perguntou se houve desenvolvimentos quanto à forma de proceder e à data de realização da obra.

Ainda sobre os arranjos exteriores da Casa dos Patudos, a Vereadora voltou a manifestar a sua preocupação no que respeita à substituição da pavimentação por saibro, opção que no seu entender é prejudicial ao próprio museu em termos da manutenção e da limpeza. Para além disso, a Vereadora referiu-se à proposta constante no projecto de arquitectura de destruir uma parte da zona de ruínas. A Vereadora entende que essa zona não esteja classificada, mas é da opinião de que se devia pedir um parecer sobre essa matéria.

A Vereadora pediu em seguida esclarecimentos sobre o destino dado ao espaço da Loja dos Patudos, uma vez que se apercebeu que é a Protecção Civil que está agora a ocupar o espaço e nada lhe foi comunicado sobre esta alteração.

No que respeita ao ambiente, a Vereadora reiterou a sua preocupação com os maus cheiros que continuam a existir na Vila. A Câmara fez chegar um info-mail à população em que explicava a situação, mas a Vereadora é da opinião de que para além de informar é necessário também propor soluções para resolver o problema.

A Vereadora mencionou em seguida a situação do bar do Parque do Carril, que foi concessionado por 4 meses, mas que não esteve aberto durante todo esse período. Entende a Vereadora que se houve um contrato para a exploração daquele espaço por um período de 4 meses, esse contrato devia ser cumprido.

Por último, a Vereadora lembrou que o regulamento dos transportes ainda não veio à Reunião de Câmara, apesar de por diversas vezes a sua conclusão ter sido anunciada. A Vereadora perguntou porque é que o assunto ainda não veio à Reunião e se existe algum entrave.

A Vereadora Sónia Sanfona, por sua vez, agradeceu as palavras do Presidente e da Vereadora Regina Ferreira. Enalteceu ainda o desempenho da Vereadora Regina Ferreira e do Vereador Luís Garrotes na sua missão de fiscalização e colaboração com o Executivo, fazendo votos para que o trabalho possa continuar a ser profícuo.

O Presidente passou a responder às questões colocadas pela Vereadora Regina Ferreira. Em relação às obras na estação de serviço e à resposta ao requerimento de um município, o Presidente esclareceu que o documento foi assinado pelo Executivo mas resulta de uma avaliação técnica. Embora não estando na posse dos dados, o Presidente adiantou que existem efectivamente situações que ultrapassam o âmbito

das competências da Autarquia e resolvem-se por isso noutros órgãos, como por exemplo os tribunais. Em todo o caso, o Presidente deu a palavra ao Eng. José Portugal que estará mais dentro do assunto e poderá esclarecer a vereadora.

O Eng. José Portugal explicou que o que se passa é que o rendeiro do terreno onde caem as águas não deixa o proprietário da estação de serviço entrar no seu terreno para efectuar as obras necessárias à resolução do problema, pelo que a situação se mantém neste impasse, dado que apesar de a correcção da situação ter sido imposta pelo regime de licenciamento da Câmara e o proprietário ter manifestado intenção de a efectuar, está impossibilitado de o fazer pelo rendeiro queixoso.

O Presidente sugeriu que se remetesse o assunto para o Gabinete Jurídico da Câmara. Relativamente ao telheiro da escola, o Presidente explicou que a situação não sofreu evolução desde a última reunião, isto é, existe verbalmente autorização para avançar com o procedimento, mas nada foi ainda formalizado através da assinatura de um acordo de cooperação, conquanto reiteradas vezes responsáveis da DREL garantam que o acordo vai ser emitido brevemente. O Presidente garantiu que vai envidar todos os esforços para conseguir na próxima semana uma audiência com o Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo. Entretanto está-se também a articular com a direcção do Agrupamento Escolar as datas mais convenientes para o início das obras.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se foi avaliado o estado de conservação do telheiro e se se conhece o nível de risco que representa neste momento. A Vereadora entende que um estudo que revele o nível de perigosidade da estrutura possa exercer pressão sobre a DREL que, em caso de ruína eminente, terá de assumir a responsabilidade pela demora em assumir os seus compromissos.

O Presidente explicou que a última vistoria data de 2009 e que os responsáveis da DREL conhecem bem o problema, dado que já decorreram várias reuniões em que foram apresentados vários elementos que justificam a urgência da obra.

Em relação às considerações da Vereadora Regina Ferreira sobre a remodelação do projecto dos arranjos exteriores da Casa dos Patudos, o Presidente lembrou que o assunto já foi discutido em Reunião de Câmara, mas adiantou que, no que toca à escolha do saibro, trata-se de uma opção não só estética mas que visa o retorno a uma disposição original do espaço. Com efeito, as últimas intervenções retiraram à entrada da moradia o seu aspecto doméstico para lhe dar um ar urbano, nomeadamente através do arruamento da entrada, da constituição de um parque de estacionamento que não é utilizado, e da pavimentação do espaço. Esta disposição vai contra as pretensões de José Relvas, que queria que a sua casa mantivesse as características iniciais de residência familiar.

A Vereadora Regina Ferreira interveio reiterando a sua opinião de que o saibro não é o material mais indicado para aquele local, dado que pode acarretar uma série de problemas de manutenção da própria Casa com a mobilidade e atrito a que esse material se presta, podendo por isso ser arrastado para dentro da casa pondo em risco o soalho e as tapeçarias.

O Presidente informou que ainda na passada sexta-feira o Vereador Carlos Pereira esteve numa reunião na Direcção Regional de Cultura de Lisboa com a equipa responsável pelo projecto, a qual manifestou o seu agrado em relação à proposta do saibro. Já em relação à zona posterior, do lado Sul, a ideia não é unicamente destruir a estrutura em ruínas, mas reconstruí-la com as mesmas feições. De resto, a proposta já teve parecer positivo por parte Instituto dos Museus e da Conservação.

O Vereador Carlos Pereira reiterou que uma das alterações com as quais a Direcção Regional de Cultura ficou mais satisfeita foi precisamente a escolha do saibro. O arquitecto paisagístico da Direcção Regional afirmou ainda que a Casa dos Patudos sofreu vários retalhos ao longo dos últimos 30 anos que lhe retiraram toda a originalidade. Este projecto visa precisamente voltar a dignificar a casa e toda a zona envolvente, dando-lhe o carácter único que tinha. De qualquer forma, o Vereador entende a preocupação da Vereadora.

O Presidente sugeriu que se apresentasse essa preocupação à equipa que está a trabalhar no projecto.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se, do ponto de vista do custo, a alteração do pavimento tem impacto significativo no projecto dos arranjos exteriores ou se implica um valor redundante. Pergunta porque entende que uma das grandes preocupações com o Museu dos Patudos é a segurança, que é uma área com custos elevados, e assim sendo, talvez não fosse despendendo poupar nalgumas intervenções para se poder canalizar os fundos para essa questão importante.

O Presidente não pôde responder de cor, mas adiantou que o primeiro projecto já previa também que esta área fosse intervencionada. Em todo o caso, do ponto de vista financeiro, o único impacto importante que o Presidente tem presente é o da decisão de não construir o salão de chá, o que reduzirá o orçamento em cerca de quatrocentos mil euros, sendo que essa construção será substituída por outra muito mais barata que servirá como espaço polivalente.

Relativamente à Loja dos Patudos, o Presidente informou que a Protecção Civil está efectivamente a funcionar nesse espaço, não se tratando contudo de uma situação definitiva. Achou-se que o funcionário com responsabilidades nesta área podia ter outro tipo de intervenção, por exemplo ao nível da vigilância e de coordenação, se fosse destacado para aquele local. O Presidente reiterou que esta decisão não exclui a possibilidade de, no futuro, dar outras utilizações àquele espaço.

Já no que toca aos maus cheiros, o Presidente reconheceu que se trata de um problema recorrente que se acentua nesta altura do ano e está relacionado com a actividade industrial. Ainda assim, o Presidente lembra que o problema que agora se coloca não é exactamente o mesmo que se colocava há uns anos atrás, isto é, não se trata de descargas directas na Vala por parte das fábricas por via da insuficiência de funcionamento das estações elevatórias que levariam as águas poluentes até à ETAR. Com efeito, foram reparadas várias estações elevatórias ao longo do percurso e estão neste momento a funcionar correctamente. Assim, o grande problema que se coloca actualmente é o da lavagem e do tratamento de alguns vegetais. A Câmara está a fazer os possíveis para eliminar o problema, mas o Presidente reconhece que é muito difícil, acrescentando que este talvez seja o preço a pagar pela instalação de algumas unidades industriais. Em todo o caso, cabe à Câmara mobilizar todas as autoridades competentes, bem como as próprias unidades industriais, que terão de cumprir os parâmetros de tratamento e de lançamento do efluente na rede. Não obstante, cabe sobretudo à Águas do Ribatejo a assunção da responsabilidade pela resolução destes problemas.

Em seguida, sobre o bar do Parque do Carril, o Presidente esclareceu que o contrato era efectivamente válido por quatro meses, mas que, por falta de clientes, o concessionário decidiu fechá-lo quinze dias antes de terminar o prazo de exploração. Com as infra-estruturas existentes, o bar não pode funcionar de outro modo senão

como estrutura de apoio aos vendedores de melão, pelo que está dependente da permanência do local dos agricultores.

O Vereador Carlos Pereira acrescentou que, tratando-se de um bar que se destinava precisamente a apoiar os agricultores e não se sabendo exactamente quando é que eles se retiram do local, optou-se por contratualizar o espaço por quatro meses a fim de precaver o possível prolongamento da actividade pelo mês de Setembro, evitando assim, no caso de se contratualizar por apenas três meses, que os agricultores continuassem no local e o concessionário se visse obrigado a sair.

A Vereadora Regina Ferreira explicou que referiu esta questão porque lhe disseram que para além do concessionário da Câmara havia no local outra pessoa a vender produtos do mesmo género, e que depois da saída do concessionário da Câmara essa pessoa continuou a desenvolver a sua actividade no local.

O Presidente explicou que existia de facto outra pessoa a desenvolver actividade comercial no local ao abrigo de uma licença de venda ambulante, mas tendo em conta as restrições à venda ambulante que a existência de um espaço concessionado accionava, a fiscalização interveio no sentido de dissuadir o comerciante ilegal.

Para terminar, em relação ao regulamento dos transportes, o Presidente explicou que ele não foi ainda discutido porque não está terminado. Houve já uma versão que esteve em análise, mas há ainda alguns aspectos a corrigir.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- Município de Alpiarça – Gabinete de Acção Social – INF. INT. – Nº 94/AS/2011 – Regulamento Serviço de Refeições.

O Presidente explicou que não havia até agora um regulamento das cantinas escolares do 1º ciclo e do pré-escolar. Este regulamento introduz um dado novo relativamente à prática corrente que consiste na implementação do pagamento antecipado das refeições, quando a prática era que a do pagamento das refeições *a posteriori*. Existe também a hipótese, caso a criança não coma habitualmente na cantina, de comprar senhas individuais no Gabinete de Apoio ao Município e, acrescentou o Presidente, na Tesouraria da Autarquia. O Presidente esclareceu ainda que salvaguardou que nenhuma criança ficasse sem alimentação no caso de existir negligência dos pais ou outro motivo que os impeçam de adquirir as senhas, exigindo-se contudo uma justificação válida e atempada por parte dos encarregados de educação. Acrescentou ainda que a Câmara, este ano, não está a assumir directamente o serviço de refeições, tendo para o efeito contratado uma empresa.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou concordar genericamente com o Regulamento, que se impõe como medida disciplinadora e de enquadramento do fornecimento de refeições. A Vereadora perguntou ainda se em sede de contrato da concessão da exploração está assegurada a qualidade das refeições, isto é, se no contrato existe alguma norma que assegure os níveis de qualidade da alimentação e se isso pode ser fiscalizado com alguma frequência. Perguntou também se não seria possível que a criança adquirisse na escola a senha para o próprio dia, salvaguardando assim qualquer imprevisto, permitindo que a criança almoçasse na Escola sem que possuísse a senha adquirida previamente.

O Vereador Carlos Pereira explicou que para esses casos existe no regulamento a ressalva de que o Presidente falou antes, que garante que a criança come na mesma, e os encarregados de educação são convidados posteriormente a fazer o pagamento, evitando assim que se generalize o hábito de comprar as senhas no próprio dia.

O Presidente lembrou que o regulamento pode ser alterado a qualquer altura que se ache conveniente e sempre que se considere que as alterações o vêm aperfeiçoar. Neste momento pediu-se para a Associação de Pais e a direcção do Agrupamento de Escolas se pronunciarem sobre o regulamento para que possa então, após aprovação, entrar em funcionamento.

A Vereadora Sónia Sanfona alertou ainda para algumas críticas que ouviu sobre a quantidade de comida que é servida às crianças, que algumas vezes seria insuficiente.

O Presidente concordou que é uma questão que deve ser assegurada e lembrou que essa situação pôs-se há uns tempos, ainda a alimentação era confeccionada pela escola.

Com as alterações de redacção propostas pelo Presidente e pela Vereadora Sónia Sanfona, o regulamento foi aprovado por unanimidade. Submeter à Assembleia Municipal.

- Município de Alpiarça – Gabinete de Acção Social – INF. INT. – Nº 105/AS/2011 – Acção Social Escolar.

O Presidente explicou que se trata da proposta do Gabinete de Acção Social para a inclusão de algumas crianças, cujos Encarregados de Educação entregaram a documentação com atraso na lista dos subsídios económicos concedidos pela Câmara.

Deliberado por unanimidade concordar com a proposta para que este conjunto de 5 alunos da E.B. 1/JI de Alpiarça integre a listagem de auxílios económicos para o ano lectivo de 2011/2012.

- Proposta de alteração de nome de rua – De Rua Marechal António de Spínola para Rua António Lima Fernandes.

A Vereadora Sónia Sanfona considera que se trata de uma homenagem justa, tendo em conta o percurso humano e desportivo do homenageado. Perguntou no entanto pela listagem toponímica, que teria algumas sugestões de nomes para ruas que estavam ainda pendentes, e perguntou pelo critério para a atribuição ou alteração de um nome a uma rua. A Vereadora tem conhecimento da existência em Alpiarça de ruas com os nomes de Rua do Nascente e Bêco do Hospital, nomes que não se relacionarão necessariamente com nada que seja característico da Vila ou com algum momento importante da História de Portugal, e que seriam, talvez, mais pacificamente alterados. A Vereadora deixou ainda claro que as suas questões não invalidam que concorde com a proposta do Presidente relativamente à atribuição do nome de Lima fernandes a uma Rua de Alpiarça.

O Presidente explicou que a lista toponímica existe e está preenchida com nomes cuja aprovação em sede de Reunião de Câmara já teve lugar. A lista é extensa e muitas das propostas visam caminhos rurais ou agrícolas, articulações às quais, na opinião do Presidente, nem faz sentido atribuir nome. Quanto a critérios, eles nunca foram definidos, pelo que terão de ser definidos pela Autarquia a cada nova situação que se coloque, ou então poder-se-á avançar para a definição de uma linha de orientação através da criação de uma comissão toponímica de Alpiarça, com carácter consultivo, que poderia estar na dependência da Assembleia Municipal, apesar de a competência nesta matéria ser da Câmara Municipal.

A Vereadora Sónia Sanfona acrescentou que entende que não é preciso definir exactamente os critérios quando se trata de atribuir nome a uma rua nova, mas o mesmo não acontece quando se trata de alterar nomes de ruas, isto, mais uma vez, sem prejuízo de achar que um alpiarçense, como é o caso de Lima Fernandes, deve ter precedência em relação a qualquer outra individualidade.

O Presidente levantou a hipótese de reabilitar, no âmbito da Assembleia Municipal, a antiga Comissão Toponímica, que ficaria encarregue de estabelecer e discutir as regras das atribuições toponímicas. No caso concreto da escolha de António Lima Fernandes, o Presidente considera que se trata uma opção consensual, já que Lima Fernandes foi durante muitos anos o alpiarçense mais conhecido em todo o país. A Rua Marechal Spínola surgiu ao Executivo como a opção mais viável, depois de, ainda durante os mandatos do PS, o Presidente, então Vereador na oposição, ter proposto ao Executivo da altura a alteração do nome dessa rua, dado que a CDU considerava que a escolha inicial do Marechal Spínola para nome da rua se tratava de certa maneira de uma provocação política.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou não olhar para a toponímia do Município como uma vertente predominantemente política. Essa atitude levada ao extremo implicaria que sempre que houvesse alternância nos Executivos se propusessem alterações que assegurassem que as ruas tinham nomes de pessoas que estariam ideologicamente mais próximas dos diferentes Executivos. A Vereadora reiterou que aceita imediatamente a proposta de atribuição do nome de Lima Fernandes a uma rua, que é por todos os motivos justificada, mas põe em causa o critério que esteve por trás da escolha da rua a ser rebaptizada. Entende a Vereadora que a renomeação de ruas deve estar pois regulamentada a fim de que os diferentes Executivos não possam alterar os nomes das ruas consoante a sua posição ideológica ou outra.

A Vereadora Regina Ferreira fez das palavras da Vereadora Sónia Sanfona as suas palavras, e acrescentou que havendo uma lista definida seria de dar prioridade a essa lista, isto sem prejuízo de achar que a homenagem a Lima Fernandes é mais do que justificada.

Antes de colocar o ponto a votação, o Presidente deixou aberta a possibilidade de ser a Câmara a propor uma Comissão de Toponímia, em articulação com a Assembleia Municipal.

A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu que, havendo necessidade de um estudo histórico, se pensasse nalguma forma de envolver, por exemplo, a Universidade Sénior. Uma opção que, segundo a Vereadora, podia contribuir para um alargamento dos critérios a definir, já que permitiria que se fugisse a um tipo de avaliação estritamente política.

Posta à votação, a proposta de alteração de nome de rua foi aprovada por maioria com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira.

A Vereadora Sónia Sanfona fez declaração de voto. A Vereadora explicou que a abstenção não teve rigorosamente nada a ver com a personalidade que é proposta para designar a rua. Pelo contrário, a Vereadora entende que a homenagem é mais do que merecida para reconhecer a António Lima Fernandes o mérito e o valor que teve enquanto atleta ao serviço do Clube Desportivo “Os Águias” e ao serviço da sua terra, para destacar a importância que teve no panorama do ciclismo da sua época e para valorizar a sua postura como homem e cidadão. Não obstante, a proposta que está em cima da mesa propõe a substituição do nome de uma rua já existente, e como o único critério que aqui preside é um critério de análise política da história do nome que deve

ser substituído, as vereadoras na oposição decidiram abster-se, considerando que deve ser criado um critério mais objectivo que resulte de um estudo aprofundado da história, dos factos, dos nomes e dos lugares, e que assim possa sustentar as decisões de alteração dos nomes de ruas.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- Município de Alpiarça – Gabinete Técnico – INF. INT. Nº 130/2011 – Empreitada de 1ª Fase dos Arranjos Exteriores da Casa dos Patudos-Museu de Alpiarça – Suspensão de trabalhos.

Deliberado por unanimidade aprovar a suspensão de trabalhos, de acordo com a informação técnica.

- Processo de Contra-ordenação nº 39/2008 (Arquivamento).

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 25/2009 (Arquivamento).

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 90/2008.

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 95/2008.

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 87/2008.

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 59/2008.

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 54/2008.

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 8/2009.

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 22/2006.

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 35/2006 (Prescrito).

Tomou-se conhecimento.

- Processo de Contra-ordenação nº 25/2006 (Prescrito).

Tomou-se conhecimento.

TAXAS E LICENÇAS

- Cláudia Marisa Marques da Silva Lopes – Requerimento de Licença Especial de Ruído para evento festivo (Desde as 20h00 do dia 29 de Outubro até às 18h00 do dia 30 de Outubro) – Praia do Patacão.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se a utilização do espaço obedece a algum tipo de normas que estejam previamente definidas, isto é, se as pessoas têm a obrigação de deixar o espaço limpo depois da utilização.

O Presidente explicou que o espaço não é propriedade da Autarquia, mas está sim sob a responsabilidade da ARH Tejo, pelo que remeteu o pedido de autorização da festa para essa entidade.

A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu que se contactasse a ARH Tejo no sentido de perceber se foi feito algum pedido de autorização para a utilização do espaço e como é que esses pedidos são tratados por esse organismo, designadamente, se impõem limitações ou obrigações na utilização do espaço no que respeita à limpeza.

O Presidente concordou com a sugestão da Vereadora, propondo que, caso se aprove a concessão desta licença, a autorização fique condicionada pela existência de autorização do espaço por parte da ARH-Tejo, sendo que a Câmara contactaria esse organismo no sentido de sugerir que responsabilizem os utilizadores pela limpeza do espaço após utilização.

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão de licença especial de ruído, sendo que a emissão da licença está condicionada à autorização da utilização do espaço por parte da ARH-Tejo.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O munícipe Vítor Lopes aproveitou a ocasião para sugerir que o Executivo instrua os condutores dos autocarros escolares para que, depois de largarem os miúdos, se retirem do local, dado que muitas vezes se mantêm por ali e os autocarros acabam por estorvar o acesso à escola por parte dos pais que vêm deixar os seus filhos.

O Presidente registou a observação e comprometeu-se em ver com os condutores dos autocarros se a permanência no local se deve a alguma razão especial e se é possível agilizar a retiradas dos veículos.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara, a redigi e assino.